

Assim exige-se que se exponham teorias que nenhuma experiência podia sugerir directamente, sendo a meu vêr preferível admitir teorias simplistas, sugeridas pelas experiências feitas, teorias estas que se iriam modificando com o desenvolvimento do estudante. E' vulgar ouvir-se dizer que «na física as experiências não dão resultado algum» e que é preciso que os alunos acreditem na palavra do professor.

E' claro que não dão nem *podiam dar* esse resultado como veria todo aquele que compreendesse o método da física. Enquanto as experiências têm um carácter qualitativo que admira que os resultados sejam bons? mas fazendo entrar o número em scena, isto é, começando a *teorizar-se* que é o importante numa ciência; aí é que as experiências não podem ser decisivas, e a sua utilidade está apenas em lembrar formas já conhecidas doutras sciências.

É aqui é conveniente dizer-se que muitas vezes o seu ensino se faz sem que essas formas sejam conhecidas. Assim acontece, por exemplo, quando se tem de entrar com funções circulares para o enunciado das leis. E isto para pôr um exemplo extremo; porque mesmo a lei da proporcionalidade que é a mais geral em todas as sciências que começam, não é estudada senão nos ultimos anos do curso liceal.

Havia um meio de substituir esses enunciados e fazê-los aparecer facilmente desde que nestas sciências se usasse o método gráfico e a linguagem geométrica como já tive occasião de dizer em outro artigo.

Assim se quisesse estudar como variava o comprimento duma barra metálica com a temperatura, tomaria os pontos (c , t), (c , comprimento à temperatura t) no plano $CO T$ e veria que esses pontos estavam *aproximadamente* sobre uma recta. Daí a lei.

AUGUSTO MARTINS

frequentado seja que curso fôr e considerar esse Povo, todo o Portugal, como falho de educação.

De duas uma: o nosso Povo é completamente ignorante, o que em muito casos ainda é o mais desejavel, ou sofreu uma educação cheia de taras jesuíticas, o que equivale a dizer que perdeu ainda mesmo certas qualidades de instinto e espontaneidade, as radículas do character, que se conservam até no mais denso estado de incultura.

De tal forma que os mais letrados, aqueles que formam as chamadas classe cultas, são muitas, a mór parte das vezes os que mais necessitam de educação.

Em Portugal é precisamente o Povo ignorante, o Povo analfabeto, o campones e o operário que conserva ainda algumas virtudes e qualidades essenciais, e é propriamente o bacharel, que sendo o mais pretencioso, é no entanto o mais legítimo representante da nossa decadencia intelectual e moral.

Mas ambos—o Povo inculto e o falsamente culto sofrem do mesmo grande defeito: é que não teem um ideal colectivo e nacional a unificar-lhes os esforços, sequer a tornar equilibrada, fecunda e nobre a acção individual.

Quer uns, quer outros desconhecem o conceito moderno de patriotismo—o patriotismo humanitário, que ensimesmando o indivíduo nas qualidades raciais, lhe valorisa não só a individualidade para a obra patriótica como também para a obra da Humanidade, que a primeira deve implicar.

Uns por ausência total de educação, outros porque lha serviram envenenada.

O nosso ensino é particularmente defeituoso por não ser educativo, ou porque consciente e inconscientemente educa jesuíticamente, isto é deformando os caracteres, amputando-lhes a originalidade espontânea e ensinando os homens a abdicar na vida da propria individualidade.

O aluno que sai das nossas escolas é um tipo de intelectualidade gaguejante, de vontade tibia, de moralidade duvidosa e que para resolver qualquer problema na vida põe sempre de parte o esforço original, servindo-se do que está feito, bom ou mau, applicando a casos proprios fórmulas alheias, que raramente podem resolver problemas individuais ou nacionais.

Está claro que a jovem República não veio modificar esse estado de coisas, que aliás não se modifica tão facilmente e com tanta brevidade como é de uso julgarem os

AS UNIVERSIDADES POPULARES

I

SUA MISSÃO E NECESSIDADE EM PORTUGAL

A *Renascença Portuguesa*, não obstante as guerras que lhe teem movido, filhas de causas várias, os muitos obstáculos que tem encontrado no caminho, não contar ainda com um ano de existência, fundou já, procurando cumprir o seu programa, duas Universidades Populares em Portugal— uma no Porto outra em Coimbra.

Sob esta designação de *Universidades Populares*, a obra a realisar é vastíssima e não só se tem de proceder por tentativas mais ou menos humildes, como é mister dessas primeiras realisações tirar constantemente uma lição que ensine a esclarecer a obra no seu conjunto.

Para ajudar a esclarecer essa obra é que nós vamos começar uma série de artigos que tratem da necessidade das Universidades em Portugal, da sua oportunidade, da sua missão especial no nosso paiz, que desde já procurem apontar o desenvolvimento que exigem, multiplicando e variando os seus órgãos conforme as múltiplas necessidades a que correspondem, que historicam a formação e desenvolvimento das Universidades no estrangeiro e ainda que apontem pela observação do público que as frequenta, pelas suas opiniões,

variações de frequência, resultados obtidos, etc., etc. as modificações a introduzir na sua realisação.

Em Portugal as U. P. correspondem a uma necessidade não só mais profunda mas mais complexa de que no estrangeiro. Na França por exemplo dirigem-se ao U. P. quasi que exclusivamente ao povo-operário, o povo humilde e mais ou menos incultos das fábricas, aos que exercem os mais pesados e rudes misteres.

Em Portugal não pode, nem deve ser assim.

Supõe-se na França que as classes cultas, os que frequentaram cursos secundários e superiores por esse mesmo facto ficaram suficientemente educados, isto é que são homens livres, voluntariosos, com consciência plena e nítida duma missão a cumprir na vida.

A missão educativa é essa.

E na França compreende-se essa missão de tal modo que as U. P. se dirigem ao Povo num sentido muito restricto.

Em Portugal, pelo contrário, as U. P. tem de se dirigir ao Povo num sentido muito lato e aliás mais verdadeiro.

Temos de entender por Povo todos os portugueses a qualquer classe que pertençam, tenham estes

que as criticam por meio de juízos demasiadamente simplistas.

Que podia ter feito mais, não há duvida; mas que não é lícito esperar muito do Estado, havendo que se encarregar muito dessa missão a iniciativa particular, também é certo.

Eis sumariamente, ao que veem as U. P. em Portugal, onde a sua missão é bem mais lata do que na França, Alemanha ou Inglaterra onde organizações desse género não só lutam com menos dificuldades, como têm um papel educativo muito mais restricto.

Em artigos seguintes trataremos das Universidades Populares sob os diferentes aspectos que é mister encarar-las e procuraremos sempre, dada a indole do assunto e para que estes próprios artigos sejam uma lição popular, escrever por uma forma a mais clara possível, sem pompas literárias de estilo, nem terminologia arrevesada.

JAIME CORTESÃO



A obra da "Renascença Portuguesa," (CONTINUAÇÃO)

Em 16 de Novembro, 3.^a lição de História Pátria (Universidade Popular do Pôrto) por Jaime Cortesão.

Em 20 de Novembro, 4.^a lição de História Pátria.

Em 23 de Novembro, 5.^a lição de História Pátria.

Em 24 de Novembro, inauguração da Universidade Popular de Coimbra e visita dos *comitês* do Pôrto e Coimbra, e vários sócios do Jardim-Escola João de Deus.

Em 27 de Novembro, 6.^a e última lição de História Pátria.

Em 30 de Novembro, 3.^o n.^o da *Vida Portuguesa* e 1.^a lição de História da Literatura Nacional por Alfredo Coelho de Magalhães.

Em Novembro, impressão do poemeto *Cintra*, de Mário Beirão.

A Câmara do Pôrto e "A Renascença Portuguesa,"

Na sua sessão de 21 do corrente, a Câmara do Pôrto votou a inclusão no orçamento, a partir de 1 de Janeiro próximo, duma verba anual de 300\$000 réis para auxilio à Universidade Popular do Pôrto, criada pela *Renascença Portuguesa*.

Demonstra-se assim que a nossa obra educativa vai sendo compreendida e estimada por aqueles que tem algum fito nobre na Vida.

QUESTÕES ECONÓMICAS

Portugal agrícola e industrial

Portugal considerado nação agrícola

O distinto agrónomo, Snr. Joaquim Rasteiro na sua conferência realizada, em 14 de Abril de 1910, na Liga Naval Portuguesa, citando a definição de Pierre de Marousssem «*região rural é qualquer superficie do solo, seja qual for a sua extensão, em que a maioria da população se emprega no trabalho agrícola*» conclui que Portugal é um país agrícola, visto que, «segundo o censo de 1900, e rectificando o número total de habitantes pelo coeficiente de crescimento rural da população, de 5.800:000 almas, numero redondo, 3.600:000 ou 62 % vivem da agricultura, como proprietarios, rendeiros ou trabalhadores.»

Avigora esta na afirmativa com a dos nossos economistas; com a percentagem na nossa exportação das produções do solo sobre a exportação em geral, 43 %, ou seja 13:000 contos dessas produções para 30:000 contos d'exportação total, e com a comparação entre a fortuna nacional, —6:000 contos,— e a que desta cabe á fortuna propriamente agrícola, —4:000 contos ou sejam $\frac{2}{3}$:

Possibilidade de ser um país industrial

Por seu turno a Associação Industrial Portuense, na tese que relatou no Grande Congresso Nacional de Lisboa, no mesmo ano de 1910 diz:

«Como todas as Nações, Portugal é, na medida das suas possibilidades históricas, um país industrial.»

Em reforço desta sua afirmativa expõe:

«GEOLÓGICAMENTE, o seu subsólo abunda em minérios ricos e variados: tem o cobre, o chumbo, o ferro, o manganez o wolfram e o antimónio; tem carvões e antracites, marmores, ardósias, quartzos, calcáreos, barros e cimentos naturais; tem magníficos terrenos arborisáveis, torrentes preciosas de hulha branca, substâncias transformáveis em produtos químicos; tem emfim sob o seu domínio, colónias opulentas na produção de matérias primas; o algodão, os oleos vegetais e minerais, as gômas, a bor-

racha, as madeiras mais belas e resistentes.»

«DEMOGRÁFICAMENTE, a sua gente é cordata, inteligente e submissa. Em todas as espécies de trabalho ela se manifesta apta, imitando por curiosidade tudo quanto vê fazer;...»

«CLIMATÉRICAMENTE, não será fácil alegar-se que as variações da nossa temperatura possam de qualquer forma concorrer para que qualquer indústria ou ramo de trabalho fabril se não adopte em Portugal. A fiação e a tecelagem de todos as fibras vegetais e animais, ainda as mais sensíveis á acção do ambiente, estão ensaiados do Norte ao Sul do país, sem que até hoje se tenham feito sentir na sua laboração, quaisquer inconvenientes de carácter metereológico:...»

«GEOGRÁFICAMENTE: ... Em relação às demais nações continentais, estamos tam próximos do ponto central como a maior parte das nações periféricas, e mais próximos ainda que algumas outras... Um país que possui a Madeira e os Açores, Angola, a Guiné e o Congo e que do outro lado do oceano tem um povo irmão, falando a mesma lingua e abrigando no seu nobre espírito os mesmos sentimentos cordeaes — não pode exigir, seja qual for o objectivo da sua principal actividade económica, uma posição geográfica mais favorável.»

Início do nosso desenvolvimento industrial

E mais adiante, frisando a situação da indústria nacional na actualidade:

«Em 1892 a nossa importação de matérias primas foi de 12.220 contos de reis: Em 1907 foi de 27.347 contos de reis.» Isto é, no curto espaço de 15 anos elevou-se 125 % — números redondos — o consumo de matérias primas; como a esse consumo está directamente ligado o desenvolvimento da indústria, fácil é concluir o passo gigantesco que a indústria manufactureira deu nesse curto espaço de tempo quasi inapreciável na vida duma nacionalidade.

¿Qual a razão desta febre de entusiasmo pelo desenvolvimento da indústria nacional?